


ID: 75		Tiragem: 11 000	Página: 30	
Data: 09.09.2021	Reconquista	País: Portugal Âmbito: regional Periodicidade: semanal	Cor: preto e branco	

A PRETENZA EXTINÇÃO DA ESGIN

Incrédulo. É como me sinto.

João Paulo Catarino, atual Secretário de Estado da Conservação da Natureza e da Floresta, acabara de renunciar, a 11 de março de 2016, ao mandato de Presidente da Câmara Municipal de Proença-A-Nova, na sequência da sua nomeação para a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, assumindo, em sua substituição, a presidência do município. João Lobo, até então seu vice-presidente. Pela mesma razão, renunciara também à presidência da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB). Tudo levava a crer que João Lobo o substituiria, também, na CIMBB. Mas assim não aconteceu. Luís Correia, então Presidente do Município de Castelo Branco, chegou-se à frente e, a pretexto de ser o seu município com mais eleitores, impôs-se como presidente da comunidade, completando assim o resto do mandato a que o anterior presidente renunciara.

Apesar deste avanço "justificado", Luís Correia acabou por ser eleito apenas cinco meses depois, o que denota que o consenso entre os pares não terá sido fácil.

O tempo que restara do mandato, correrá a fugir. As eleições autárquicas, em outubro de 2017, já ficaram para trás. Luís Correia ganhara-as em Castelo Branco, embora com menos de dois mil votos relativamente a 2013, e pelas mesmas razões que invocara anteriormente, que é como quem diz "eu é o que sou o presidente da junta", propôs-se novamente a presidente da CIMBB. Desta vez, Luís Correia não receberá o apoio de três dos seus pares, todos eles autarcas do seu partido.

Vá-se lá saber porquê, mas a partir desse instante, ficaria gorada a possibilidade de Luís Correia liderar qualquer estratégia de desenvolvimento integrado para a comunidade intermunicipal e, muito menos, para a região.

A presidência da maior câmara da CIMBB e também do distrito não foi

condição bastante. Talvez se tenha deixado vencer pelo seu egocentrismo, quem sabe, característica muito comum de quem é incapaz de enxergar o que está para lá dos limites do seu umbigo. Mas Luís Correia, por necessidade de afirmação pessoal, teimosia, quiçá por vingança, quem sabe, não se dá por vencido.

É também nesta altura que Luís Correia passará a integrar, por cooptação, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, o Conselho Geral do Instituto Politécnico de Castelo Branco (maio de 2017). Armindo Jacinto, Presidente do Município de Idanha-a-Nova não fora, pela primeira vez, cooptado. O facto de este município disponibilizar as instalações e assegurar parte dos custos de funcionamento da Escola Superior de Gestão (ESGIN) e de providenciar a muitos dos seus alunos diversos apoios, não foram razões bastantes para que o representante daquele município tivesse assento no referido órgão.

Uma parte significativa do mandato do Conselho Geral desse período, em particular entre o início de 2018, altura em que António Fernandes é eleito Presidente do IPCB, e maio de 2021, foi preenchida com a pretensa reestruturação da instituição, a qual, muito recentemente, foi rejeitada pelo senhor ministro da tutela, pelas inúmeras razões que Valter Lemos (Ex-Presidente do Politécnico e Ex-Secretário de Estado) expôs de forma muito clara, neste semanário da semana passada.

Nesta pretensa reestruturação, propunha-se a extinção da Escola Superior de Gestão de Idanha-A-Nova, a que Joaquim Morão, também membro do Conselho Geral e a quem se deve a criação daquela escola no seu concelho, se opôs frontalmente.

Luís Correia, secundado pelo seu vice-presidente na câmara, José Alves, foi um dos principais defensores da extinção, traindo assim Joaquim Morão, a

quem politicamente tudo deve. É não é coisa pouca, já que Luís Correia é caso flagrante de quem, nas últimas duas décadas, fez da política o seu "ganha-pão".

Mas o ex-presidente não tem a sensibilidade necessária para compreender a dor e a angústia de outros, de quem é confrontado com a destruição de algo que criou ou ajudou a construir. Caso contrário, ter-se-ia contido e não teria confrontado, de forma tão ostensiva, Joaquim Morão, preferindo antes saciar, como foi "voz-corrente", esta aparente sede de vingança relativamente ao Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova.

Convém sublinhar que o processo de reestruturação do IPCB se iniciou já depois de Luís Correia ter sido rejeitado, por parte dos seus pares, em que se inclui o presidente da Câmara de Idanha, para presidente da CIMBB.

É Armindo Jacinto, presidente daquele município que, em outubro de 2019, em entrevista ao semanário Reconquista, afirma que «o presidente da Câmara de Castelo Branco, Luís Correia, e o presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), António Fernandes, têm uma estratégia delineada para encerrar a sede e retirar autonomia administrativa, científica e pedagógica à Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN), o que classifica de "golpe de Estado no IPCB"». (Lídia Barata, 31-10-2019)

Apesar de Luís Correia, no exercício do direito de resposta, negar estas acusações e de considerar Armindo Jacinto «um vendedor de ilusões» (Reconquista, 07-11-2019), a verdade é que não podemos ignorar que, nas últimas eleições dos representantes dos docentes para o Conselho Geral do IPCB e subsequente cooptação dos membros da comunidade, surgiram inúmeras interrogações, que, em nome da transparência e autonomia da instituição, merecem resposta credível e inteligível.

Desde logo:

- A que se deve o facto de o presidente da câmara de Idanha-a-Nova não ter sido cooptado para o Conselho Geral do quadriénio anterior nem para o atual?

- Por que razão não foi, desta vez – a primeira, julgo – que o comendador Joaquim Morão não foi cooptado para o Conselho Geral?

- Qual a razão para Luís Correia ter sido cooptado neste quadriénio, quando já não era presidente de câmara, nem exercia qualquer actividade considerada relevante para as áreas de formação ministradas no IPCB?

- Por que razão, juntamente com Luís Correia, foram cooptadas pelo menos mais três individualidades da sua inteira confiança?

- A que se deve o facto de não ter sido consensualizada com os professores eleitos da lista oponente (que, sublinhe-se, perdeu as eleições apenas por um voto), a possibilidade de serem cooptadas individualidades por eles propostas?

Todas estas dúvidas não podem ser apenas coincidências, antes apontam no sentido de as acusações de Armindo Jacinto a Luís Correia e ao Presidente do IPCB, atrás referidas, terem cabimento, reforçando em mim a convicção de que nunca, como agora, o Instituto Politécnico foi manietado por alguém exterior à instituição, apenas com o propósito da sua afirmação e agenda pessoais.

Fica agora evidente que o IPCB parece ter ficado refém dos interesses de Luís Correia e que a recente recusa de homologação dos estatutos da instituição, por parte do senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior, constitui uma clara derrota política de Luís Correia. José Alves, atual presidente da câmara (e do Conselho Geral), e do presidente do IPCB, António Fernandes. Incrédulo, é como me sinto.

Fernando Raposo